

INQUÉRITO SOBRE O ORÇAMENTO ABERTO DE 2015

SUMÁRIO EXECUTIVO

Leiam o relatório do inquérito do orçamento aberto aqui :
www.openbudgetsurvey.org

Resumo Executivo

As nações mundiais irão reunir-se brevemente em dois encontros que poderão ter repercussões globais nas próximas décadas. Primeiro, em finais do mês de setembro, nas Nações Unidas, para finalizar a próxima geração de objetivos de desenvolvimento internacional. A implementação eficaz de um conjunto ambicioso de objetivos seria um avanço significativo no combate à pobreza e na abordagem aos maiores desafios mundiais de desenvolvimento. Depois, em finais do mês de novembro, prevê-se que cerca de 40.000 participantes dos estados e da sociedade civil assistam à COP21: a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. O objetivo é alcançar o primeiro acordo vinculativo, com valor jurídico, para combater as alterações climáticas e facilitar a transição para economias com baixa produção de carbono.

A eficácia real de um eventual amplo acordo global vai depender em larga medida das políticas orçamentais adotadas ao nível nacional para apoiar a sua implementação, e da eficácia e eficiência na utilização dos recursos mobilizados para o efeito. Há motivos para preocupação. Uma das principais fraquezas dos atuais objetivos de desenvolvimento tem sido a ausência de suficiente informação orçamental para controlar os investimentos necessários à prossecução dos mesmos, e para responsabilizar o governo e as organizações internacionais de apoio pelos resultados. No caso dos esforços para atenuar ou adaptar as alterações climáticas, existe ainda menos informação disponível, o que está a limitar a capacidade de controlar os fluxos dos fundos de apoio às políticas ambientais.

Por conseguinte, para que aquelas iniciativas internacionais sejam bem-sucedidas, é vital que seja disponibilizada de uma forma generalizada informação orçamental abrangente, que sejam criadas oportunidades significativas para a sociedade civil e os cidadãos expressarem a sua opinião sobre as decisões orçamentais e para fiscalizar o orçamento e que exista um forte escrutínio independente pelo poder legislativo e pelas instituições públicas de controlo.

A importância da transparência, participação e fiscalização orçamentais para atacar e desafios nacionais e globais já se tornou um dado para as instituições internacionais, vários estados e doadores. De facto, desde a publicação do último Inquérito sobre o Orçamento Aberto em 2012, as entidades de referência no campo da transparência orçamental, inclu-

indo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o programa de Public Expenditure and Financial Accountability (PEFA) (cujo secretariado está sediado no Banco Mundial) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) reviram as respetivas normas e recomendações sobre finanças públicas de modo a adotarem de uma forma mais profunda sistemas e práticas que conduzam a orçamentos mais “abertos”.

É neste contexto que as conclusões da IBP sobre o Inquérito sobre o Orçamento Aberto de 2015 de 102 países devem ser interpretadas. Este relatório, nesta quinta edição, examina os três pilares da responsabilidade orçamental: considera o estado atual da transparência orçamental e a forma como tem mudado ao longo do tempo, o grau a que existem oportunidades de participação pública no processo orçamental e a capacidades das duas instituições formais de fiscalização: o poder legislativo e a “instituição suprema de auditoria”.

Por um lado, os resultados do Inquérito sublinham o que ainda falta a vários países fazer para cumprir as normas básicas. O

relatório conclui que a vasta maioria dos países dá informações

“A vasta maioria dos países dá informações insuficientes à sociedade civil e ao público em geral, de forma que consigam compreender ou controlar o orçamento.”

insuficientes à sociedade civil e ao público para compreender e controlar o orçamento. Além disso, apenas uma pequena fração dos países oferece mecanismos apropriados de participação pública, e as instituições públicas de controlo enfrentam frequentemente limitações ao cumprimento da sua função de responsabilização dos governos. Entre outras consequências, estas deficiências podem prejudicar o sucesso da implementação dos novos objetivos de desenvolvimento ou a boa gestão dos fundos direcionados para o combate às alterações climáticas.

Por outro lado, há razões para otimismo. Os relatórios do Inquérito sobre o Orçamento Aberto, que a IBP tem produzido na última década, indicam que têm havido progressos notáveis na transparência orçamental, o que se verificou também nesta edição de 2015. A transparência orçamental aumentou em quase todas as partes do mundo e o progresso foi especialmente forte nos países que forneciam menos informações orçamentais no passado. Muitas vezes, os

avanços foram rápidos e com poucos custos, como, por exemplo, a publicação de documentos que já eram produzidos para uso interno. Num número significativo de países, deram-se melhorias drásticas, trazidas por uma combinação

“O Inquérito de 2015 oferece mais provas de que qualquer país, independentemente da localização geográfica ou nível de rendimentos, consegue criar sistemas orçamentais abertos e responsáveis se existir vontade política para o fazer.”

de comprometimento do governo e de pressão tanto nacional como internacional, bem como do apoio e auxílio

técnico de instituições internacionais e da sociedade civil.

De facto, o Inquérito de 2015 oferece mais provas de que qualquer país, independentemente da sua localização geográfica ou nível de rendimentos, consegue estabelecer processos orçamentais abertos e responsáveis se a vontade política existir.

O Inquérito sobre o Orçamento Aberto

O Inquérito sobre o Orçamento Aberto é a única medição independente e comparativa da transparência participação e fiscalização orçamental no mundo. Outras avaliações internacionais no campo das finanças públicas dependem grandemente de informação fornecida pelos próprios estados, mas o Inquérito sobre o Orçamento Aberto é implementado por investigadores independentes sedeados em cada um dos países inquiridos, que realizaram uma análise por forma a determinar as respostas a 140 perguntas factuais, sendo os resultados revistos depois por outro especialista, anónimo. Os governos de todos os países inquiridos são igualmente convidados a analisar e comentar os resultados, e muitos deles fazem-no.

A maior parte das perguntas examina a quantidade de informação orçamental disponibilizada ao público através de oito documentos orçamentais principais. Com base nas respostas a 109 perguntas, a cada país é dado um resultado entre 0 e 100 sobre o Índice do Orçamento Aberto (IOA) – uma medida comparável de transparência orçamental. Os resultados anteriores foram largamente utilizados por governos de países individuais e organizações da sociedade civil, bem como por iniciativas multilaterais e iniciativas de transparência e responsabilidade de sectores específicos, de forma a melhorar a divulgação de informações orçamentais. O Inquérito inclui ainda 16 perguntas que examinam as oportunidades de participação pública no processo orçamental e outras 15 que examinam a capacidade das duas instituições públicas

de controlo: o poder legislativo e a instituição suprema de auditoria.

Em 2015, o Inquérito foi revisto, de forma a incorporar os últimos desenvolvimentos no que é aceite como boas práticas, a harmonizá-lo com outras normas e ferramentas orçamentais existentes e a reforçar individualmente as várias perguntas de base, a partir do conhecimento recolhido pela IBP ao longo dos vários anos a investigar os determinantes da eficácia e responsabilidade dos processos orçamentais.

O Estado Atual da Transparência Orçamental

Os resultados do Inquérito sobre o Orçamento Aberto de 2015 revelam grandes lacunas na informação orçamental disponibilizada pelos governos. O resultado médio do IOA é de 45 em 100, para os 102 países inquiridos. Uma vasta maioria destes estados, nos quais vive 68% da população mundial, fornece informação orçamental considerada insuficiente. Esses 78 países têm um IOA de 60 ou inferior. Há ainda 17 países, um número perturbador, que fornece informação orçamental escassa ou nula, com resultados de 20 ou abaixo.

O Inquérito concluiu que cerca de um terço dos documentos orçamentais que deveriam ser publicados nem sequer são disponibilizados ao público. Ou não foram produzidos, foram produzidos apenas para uso interno ou foram publicados demasiado tarde para serem úteis. De particular preocupação, os governos de 16 países nem sequer publicaram o documento de base que descreve as políticas orçamentais propostas pelo governo, ou seja, a Proposta de Orçamento do Executivo.

Muitos dos documentos orçamentais que faltam já são, na realidade, preparados pelos governos, mas continuam inacessíveis ao público. A transparência orçamental pode ser significativamente melhorada com a simples publicação destes documentos. A não publicação de informações que já estão a ser produzidas é claramente uma questão de vontade política, que que a sociedade civil e os doadores podem influenciar. Além disso, os futuros acordos de desenvolvimento global e alterações climáticas devem exigir relatórios públicos sobre os investimentos realizados para cumprir esses compromissos, um passo fundamental para termos orçamentos mais abertos.

O Inquérito concluiu ainda que mesmo quando os documentos orçamentais são publicados, frequentemente não têm dados suficientes. Por exemplo, as propostas de orçamento

publicadas pelos executivos oferecem, em média, menos de três quintos da informação desejada. Assim, para aumentar ainda mais a transparência orçamental, os governos têm de fornecer informação mais abrangente. Os governos podem não ter capacidade para o fazer, por isso as instituições de ajuda internacional e a sociedade civil podem apoiar o progresso oferecendo auxílio técnico.

Características de Países com Diferentes Níveis de Transparência Orçamental

O relatório investiga algumas das circunstâncias sob as quais a transparência parece ser mais provável. Naturalmente, concluiu que os 24 países que achavam que forneciam informações orçamentais suficientes tendiam a ter níveis superiores de rendimento, uma imprensa mais livre e sistemas democráticos mais fortes do que os países que forneciam informações orçamentais insuficientes. Curiosamente, os países mais transparentes são também tipicamente vistos como os menos corruptos.

Mas esta investigação inclui algumas conclusões surpreendentes. É tão provável que os países com resultados entre 40 e 60 publiquem documentos orçamentais como aqueles que têm resultados acima de 60. Os documentos dos países com desempenhos superiores, contudo, tendem a ser muito mais abrangentes. Os países com desempenhos inferiores (os que têm resultados de 40 ou inferiores) têm, na verdade, rendimentos superiores, em média, aos dos países com resultados entre 40 e 60. É provável que tal reflecta os vários países dependentes das receitas de hidrocarbonetos com níveis muito baixos de transparência orçamental.

Ainda assim, os países dos hidrocarbonetos, como o México, e os países com baixos rendimentos, como o Malávi e o Uganda, estão entre os que fornecem informações orçamentais suficientes. Tais excepções demonstram que qualquer governo consegue, se quiser, fazer os respectivos orçamentos adequadamente transparentes.

Melhorias na Transparência Orçamental ao Longo do Tempo

O Inquérito sobre o Orçamento Aberto foi realizado cinco vezes nos últimos 10 anos, tendo as rondas anteriores sido concluídas em 2006, 2008, 2010 e 2012. O número de países incluídos no Inquérito tem crescido nas rondas sucessivas, o que significa que as médias globais simples não são um bom indicador do progresso geral.

Entre 2012 e 2015, o resultado médio do IOA dos 100 países para os quais os dados comparáveis se encontram disponíveis aumentou de 43 para 46. Este aumento da média global teria sido maior se o Inquérito não tivesse sido modificado em 2015.^{E1}

Este resultado oculta a variação considerável do progresso entre os países inquiridos. As maiores melhorias em transparência orçamental entre 2012 e 2015 foram realizadas por países que estavam entre os menos transparentes. Os países que estavam no final do índice em 2012, com resultados de 40 ou inferiores, melhoraram substancialmente: o resultado médio do IOA subiu de 18 em 2012 para 28 em 2015, um aumento considerável de mais de metade.

Entre 2012 e 2015, determinados países fizeram progressos notáveis na transparência orçamental. O resultado do IOA do Quirguistão subiu de 20 em 2012 para 54 em 2015; a Tunísia quase quadruplicou o seu resultado, de 11 em 2012 para 42 em 2015. Os resultados de transparência para países na África Ocidental Francófona subiram substancialmente de 2012 até 2015, continuando as melhorias rápidas de 2010 até 2012. Estes

exemplos demonstram a forma como um compromisso forte

“Os maiores ganhos em transparência orçamental foram realizados por países que estavam entre os menos transparentes quando inquiridos pela primeira vez.”

dos governos, se acompanhado por outros fatores favoráveis, como o apoio das instituições internacionais, normas internacionais e a pressão da sociedade civil podem originar melhorias significativas e rápidas na transparência orçamental.

Esta conclusão também se mantém ao olharmos para um período de tempo mais longo. Embora uma comparação entre os dados de 2015 e os de Inquéritos anteriores indiquem que, em média, os resultados individuais dos países aumentaram 10 pontos desde o primeiro ano em que se juntaram ao Inquérito, os maiores ganhos em transparência orçamental foram realizados por países que estavam entre os menos transparentes quando inquiridos pela primeira vez. Um exame à publicação de documentos orçamentais dá-nos uma ideia semelhante. Quanto aos 100 países para os quais estão disponíveis dados comparáveis, no geral foram publicados atempadamente mais 51 documentos em 2015 do que em 2012 (um aumento de 10% no número de documentos publicados). Isto adiciona-se ao progresso dos anos anteriores. Desde o início do Inquérito, por exemplo, o aumento líquido do número de países que publicam as propostas de orçamento do executivo foi de 15, embora mais 28 países

E1. Vide Anexo B deste relatório para mais informações sobre alterações ao Inquérito.

tenham publicado declarações pré-orçamentais. Em conjunto, tal significa que os países aumentaram significativamente a quantidade de informação disponível ao público durante a formulação do orçamento. Também de notar que mais 42 países publicam agora os orçamentos cidadãos.

O entusiasmo quanto ao progresso deve ser refreado

No entanto, o entusiasmo quanto a estes sinais de progresso relativamente à transparência orçamental deve ser refreado por quatro ordens de razão. Em primeiro lugar, o nível da base de partida era francamente baixo. Portanto, mesmo após as melhorias recentes, a maioria dos países não fornece ainda informação suficiente para um debate orçamental adequado.

Em segundo lugar, determinados dados do Inquérito parecem indicar que consideravelmente mais países sofreram quedas na transparência orçamental desde 2010 do que nos quatro anos antes disso. Dos 100 países também inquiridos em 2012, sete registaram um forte declínio nos resultados do

“Mesmo após melhorias recentes, a maioria dos países não fornece informações suficientes para um debate orçamental adequado.”

IOA em 2015, com resultados a descer em mais de 10 pontos. Da

mesma forma, sete dos 93 países inquiridos em 2010 registaram grandes descidas quando os respetivos resultados do IOA foram atualizados em 2012. Em contraste, dos 78 países que fizeram parte do Inquérito de 2008, apenas dois viram os resultados do IOA descer mais de 10 pontos até 2010 e nenhum país inquirido desceu até este valor de 2006 a 2008.

Em terceiro lugar, muitos países que se considerou terem níveis inaceitáveis de transparência orçamental desde o primeiro inquérito não têm feito reformas. Por exemplo, a Argélia, a Bolívia, o Camboja, o Chade, a China, a Guiné Equatorial, as Fiji, o Iraque, Myanmar, o Qatar, a Arábia Saudita e o Vietname têm estado entre os países menos transparentes (com resultados do IOA de 20 ou inferiores) todos os anos em que participaram no Inquérito. E, dos 25 países cujos resultados os colocaram na categoria limitada quando inquiridos pela primeira vez (com resultados do IOA entre 41 e 60), 19 ficaram com o mesmo resultado ou desceram para categorias inferiores em 2015.

Um quarto e último motivo para refrear o entusiasmo prende-se com a volatilidade da transparência de muitos países, o que cria tremendos desafios a quem tenta

compreender ou controlar os orçamentos nacionais. Este fenómeno é ilustrado ao examinarem-se as alterações nos documentos orçamentais publicados entre os países selecionados. Existem 10 países onde dois ou mais documentos alteraram a sua situação pelo menos três vezes ao longo das várias rondas do Inquérito. No Gana, por exemplo, o documento orçamental que deveria ter sido publicado no final do exercício fiscal para avaliar o resultado real do orçamento não foi de todo produzido em 2006, foi preparado apenas para uso interno em 2008, foi publicado em 2010, voltou a não ser de todo preparado em 2012, mas depois foi novamente publicado em 2012.

Participação Pública

A importância de os governos fornecerem oportunidades para o público participar nos processos orçamentais tem sido cada vez mais reconhecida nos últimos anos. A participação pública foi incluída pela primeira vez como medida na ronda do Inquérito de

2012 e foi, desde então, incorporada em novas normas emitidas pelo FMI e pela OCDE. A *Global Initiative on Fiscal Transparency*

(GIFT), uma plataforma multilateral, desempenha também um papel importante no desenvolvimento e avanço dos princípios de participação.

“Os resultados do Inquérito indicam que a maioria dos países fornece atualmente poucas oportunidades ao público para participar nos processos orçamentais. Entre os países inquiridos em 2015, o resultado médio de participação é apenas de 25 em 100.”

Os resultados do Inquérito indicam que a maioria dos países fornece atualmente poucas oportunidades ao público para participar nos processos orçamentais. Entre os países inquiridos em 2015, o resultado médio de participação é apenas de 25 em 100. Tal sugere que canais significativos para o público se envolver no processo orçamental formal simplesmente não existem na vasta maioria dos países.

As oportunidades de participação são normalmente insuficientes em todas as fases do processo orçamental. Além disso, mesmo quando os governos criaram mecanismos para o público participar, frequentemente carecem de uma implementação prática robusta. A forma mais comum de os governos abrirem o processo orçamental à participação pública é através de audiências legislativas. Contudo, embora mais de metade dos países inquiridos realizem audiências públicas sobre questões orçamentais, apenas 19 de 102 países permitem que o público testemunhe nas duas

principais audiências (audiências sobre o enquadramento macroeconómico e audiências sobre os orçamentos setoriais, de áreas como a saúde e a educação).

Apesar da escassez geral de oportunidades de participação, alguns países introduziram reformas inovadoras para aumentar a participação pública. Tais exemplos podem ajudar a informar sobre potenciais reformas noutros países. Além dos resultados do Inquérito, o relatório apresenta algumas das conclusões de uma série de estudos de casos que a GIFT encomendou sobre programas inovadores em países como o Quênia, as Filipinas e a Coreia do Sul. Na Coreia do Sul, por exemplo, um programa de recolha de opinião pública sobre gastos supérfluos e desvios orçamentais resultou em aumentos das receitas na ordem dos 13,5 biliões de wons (cerca de 11 mil milhões de dólares norte-americanos) e poupanças na despesa na ordem dos 2,3 biliões de wons (cerca de 2 mil milhões de dólares norte-americanos).

Fiscalização por parte dos Poderes legislativos e das Instituições Supremas de Auditoria

A fiscalização formal realizada pelos poderes legislativos e pelas instituições supremas de auditoria têm um papel fundamental no processo orçamental. Embora a sociedade civil possa agir como vigilante independente, não pode substituir o papel fundamental das instituições públicas de controlo. Nesses termos, o Inquérito sobre o Orçamento Aberto contém igualmente perguntas que fornecem resultados específicos sobre a força de fiscalização por parte dos poderes legislativos e das instituições supremas de auditoria.

Em 2015, o resultado médio da força do poder legislativo é de 48 em 100. Apenas 36 países têm um resultado superior a 60, o que sugere que têm força adequada para executarem as suas responsabilidades. Os poderes legislativos nos restantes 66 países, a maioria dos inquiridos, têm graves deficiências na sua capacidade para fiscalizar o orçamento.

Em cerca de um terço dos países inquiridos, não é dado aos poderes legislativos tempo suficiente para analisar a proposta de orçamento antes de esta ser aprovada. Em 55 países, os poderes legislativos não têm acesso adequado a investigação interna e a capacidade analítica, tal como um gabinete especializado de pesquisa do orçamento. Além disso, o executivo consegue contornar a fiscalização legislativa depois de o orçamento ser promulgado na maioria dos países inquiridos. Nestes países, não é exigida aprovação legislativa para a redistribuição de recursos ou reatribuição de receitas

adicionais e de fundos de contingência.

As instituições supremas de auditoria têm a tarefa de examinar a utilização de fundos públicos. O resultado médio da força da instituição suprema de auditoria em 2015 é de 65 em 100, indicando que são tipicamente independentes a um nível razoável e têm recursos suficientes para realizar o respetivo trabalho. Ainda assim, 43 países têm um resultado inferior a 60, o que sugere que as respetivas instituições supremas de auditoria são incapazes de executar as responsabilidades que lhes compete. Além disso, na maioria dos países, incluindo os que têm um resultado superior a 60, os sistemas de garantia da qualidade dos relatórios da instituição suprema de auditoria são deficientes ou simplesmente não existem.

O Ecossistema de Responsabilidade

A conceção do Inquérito sobre o Orçamento Aberto baseia-se na premissa de que sistemas orçamentais eficazes, efetivos e responsáveis assentam em três pilares: transparência orçamental, participação pública no processo orçamental e fiscalização por parte de fortes instituições governamentais formais. A ausência de qualquer uma destas três componentes enfraquece todo o sistema.

Os resultados do Inquérito de 2015 revelam que muito poucos países são sólidos nos três pilares. Dos 24 países que tiveram um bom resultado em termos de transparência orçamental,

apenas quatro (Brasil, Noruega, África do Sul e Estados Unidos) tiveram também um

“Dos 24 países que tiveram um bom resultado em termos de transparência orçamental, apenas quatro (Brasil, Noruega, África do Sul e Estados Unidos) tiveram também um bom resultado em termos de participação e fiscalização.”

bom resultado em termos de participação e fiscalização (com resultados acima dos 60). Um grande número de países (32) não cumpriu a norma de adequação do Inquérito em nenhuma das medidas.

Um confrangedor número de 12 países (Argélia, Angola, Guiné Equatorial, Fiji, Libéria, Marrocos, Myanmar, Qatar, Arábia Saudita, Sudão, Iémen e Zimbabué) encontra-se na categoria de desempenho mais fraco (com resultados de 40 ou inferiores) em todas as medidas. Estes países caracterizam-se por uma falta de transparência orçamental, fracos poderes legislativos, fracos auditores e poucas ou nenhuma oportunidades de participação pública. Todos os ecossistemas de

responsabilidade orçamental destes países são deficientes, o que prejudica seriamente a gestão eficaz de fundos, dando abertura para a corrupção.

Recomendações

O desencadear de um ciclo virtuoso, no qual os três pilares de responsabilidade orçamental são reforçados, requer, em última análise, que os governos atuem. Desenvolver a vontade política dos governos para fazê-lo, contudo, requer frequentemente o compromisso ativo, persistente e de reforço mútuo de vários intervenientes. Por este motivo, as recomendações incluídas neste relatório são dirigidas não só aos governos, como também às instituições internacionais, aos doadores, aos investidores e às organizações da sociedade civil.

O pacote certo de reformas para qualquer país dependerá das deficiências específicas presentes no sistema orçamental do mesmo. Nesses termos, a IBP publicou resumos individuais de país com recomendações adaptadas a cada país inquirido.^{E2} No entanto, as conclusões deste relatório levam igualmente a algumas recomendações gerais que se aplicam a diferentes categorias de países e a intervenientes envolvidos em mais de um país.

Recomendação 1: Publicar Mais Informação

Todos os intervenientes devem trabalhar no sentido de aumentar o número de documentos publicados em países com resultados de IOA de 40 ou inferiores e aumentando a abrangência de documentos em países com resultados entre 41 e 60.

Recomendação 2: Institucionalizar Ganhos de Transparência

Todas as melhorias que garantam ganhos de transparência, quer com a publicação de documentos não divulgados anteriormente quer no âmbito do conteúdo de documentos orçamentais já existentes, não devem ser revertidos. A preservação destes ganhos poderá garantir que a transparência orçamental siga uma trajetória positiva e melhore gradualmente.

Recomendação 3: Dar mais oportunidades de participação pública

Os poderes legislativos devem apoiar a criação de audiências legislativas abertas, que o público possa testemunhar, sobre o orçamento. O executivo deve desenvolver mecanismos,

como orçamentos participativos e auditorias sociais, de modo a obter a opinião do público e incorporá-la na formulação e execução do orçamento.

Recomendação 4: Conferir fiscalização

Todos os intervenientes devem procurar melhorar a capacidade legislativa de modo a envolver-se no orçamento de forma significativa através de um melhor acesso à investigação e mais capacidade analítica.

Todos os intervenientes devem apoiar as instituições supremas de auditoria na criação de procedimentos de controlo dos processos de auditoria e avaliar as auditorias individuais com o objectivo de aumentar a qualidade e a fiabilidade dos relatórios que produzem.

Recomendação 5: Promover o desenvolvimento de ecossistemas orçamentais integrados e responsáveis

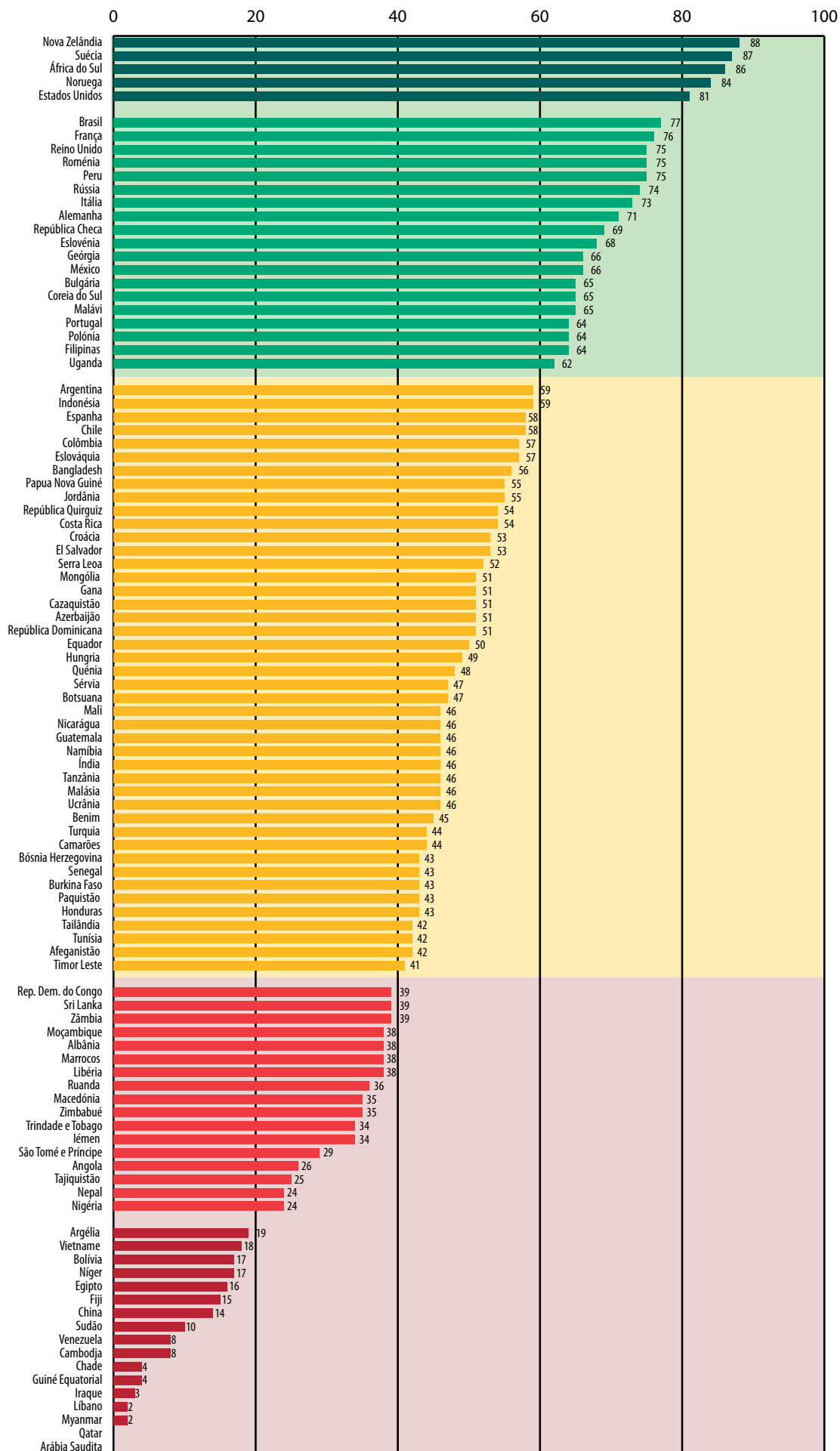
Ninguém deve ficar satisfeito caso um país tenha um pilar forte de responsabilidade orçamental, ou mesmo dois, mas não os três. Caso contrário, os pesos e contrapesos apropriados não serão implementados no processo orçamental.

Olhar para o futuro

O desafio global é traduzir o discurso global, que agora quase retoma o papel universal de sistemas orçamentais responsáveis, em melhorias reais e sustentáveis a nível nacional. Esforços fortes e coordenados entre todos os intervenientes – internos e externos, governamentais e não governamentais – podem levar rapidamente à criação de muitos sistemas orçamentais totalmente transparentes e responsáveis. Tais sistemas, por sua vez, melhorariam a recolha e atribuição dos recursos nacionais e são críticos para garantir o sucesso de iniciativas globais, como as que visam reduzir a pobreza e responder aos graves perigos das alterações climáticas.

E2. Os resumos de país com recomendações específicas para cada um dos 102 países inquiridos encontram-se disponíveis em www.openbudgetsurvey.org

Inquérito sobre o Orçamento Aberto de 2015



Quantos países têm um resultado suficiente nos três pilares de responsabilidade orçamental? (Transparência, participação e as duas medidas que englobam fiscalização)

0 em 4	1 em 4	2 em 4	3 em 4	4 em 4
<i>(Número de medidas em que os países tem uma pontuação acima de 60)</i>				
Afganistão	Albânia	Botsuana	Alemanha	África do Sul
Angola	Argentina	Bulgária	Coreia do Sul	Brasil
Arábia Saudita	Bangladesh	Chile	Eslovénia	Estados Unidos
Argélia	Bósnia Herzegovina	Colômbia	Filipinas	Noruega
Azerbaijão	Cazaquistão	Costa Rica	França	
Benim	Chade	El Salvador	Geórgia	
Bolívia	Croácia	Indonésia	Itália	
Burkina Faso	Equador	Malávi	Nova Zelândia	
Camarões	Eslováquia	México	Peru	
Cambodja	Espanha	Mongólia	Portugal	
China	Gana	Polónia	República Checa	
Egipto	Guatemala	Reino Unido	Rússia	
Fiji	Honduras	Roménia	Suécia	
Guiné Equatorial	Hungria	Tajiquistão		
Iémen	Índia	Trindade e Tobago		
Iraque	Macedónia	Ucrânia		
Jordânia	Malásia	Uganda		
Libano	Mali	Vietname		
Libéria	Namíbia			
Marrocos	Nepal			
Moçambique	Nicarágua			
Myanmar	Níger			
Papua Nova Guiné	Nigéria			
Qatar	Paquistão			
Rep. Dem. do Congo	Quénia			
Ruanda	República Dominicana			
São Tomé e Príncipe	República Quirguiz			
Sudão	Senegal			
Tanzânia	Serra Leoa			
Tunísia	Sérvia			
Zâmbia	Sri Lanka			
Zimbabué	Tailândia			
	Timor Leste			
	Turquia			
	Venezuela			
32 Países	35 Países	18 Países	13 Países	4 Países